

CONVÊNIO ITU

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.436.842/15-4



SINGULAR

02

14 05 15

8ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

LINE SEAL VEDAÇÕES LTDA

CNPJ 64.110.158/0001-05

NIRE 35.209.550.341

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito:

ISMAEL CARDOSO, brasileiro, natural da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, nascido em 27/02/1962, divorciado, empresário, portador do CPF nº. 057.636.288-37 e RG nº. 10.975.401-3-SSP/SP, expedido em 15/12/1998, residente e domiciliado Rua Guimarães Rosa, nº. 70, Bairro Campos de Santo Antonio, na cidade de Itu, estado de São Paulo, CEP: 13.305-450;

ALISSON CARDOSO JUNIOR, brasileiro, natural da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, nascido em 13/04/1966, divorciado, empresário, portador do CPF nº. 072.131.718-95 e RG nº. 16.905.041-5-SSP/SP, expedido em 19/05/1995, residente e domiciliado à Rua Tobias Barreto, nº. 100, Condomínio Campos de Santo Antonio, Pedregulho, na cidade de Itu, estado de São Paulo – CEP: 13.305-502; e

REGINA MESEGUER, brasileira, natural da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, nascida em 22/08/1964, divorciada, empresária, portadora do CPF nº. 060.503.728-02 e RG nº. 14.164.460-SSP-SP, expedido em 14/05/1986, residente e domiciliada à Rua Portugal, nº. 26, apartamento 14, Vila Roma, na cidade de Itu, estado de São Paulo – CEP: 13.310-440.

Sócios da Sociedade Empresária Limitada que gira nesta praça sob a denominação de **LINE SEAL VEDAÇÕES LTDA**, com sede a Rua Itália Manfredine, nº. 159, Condomínio Industrial Alert, Bairro Cecap, na cidade de Salto, estado de São Paulo, CEP: 13.323-141, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35209550341 em sessão de 27/07/1990 e sua ultima alteração contratual devidamente registrada nesta mesma Junta sob nº. 102.669/10-7 em 20/04/2010, resolvem alterar e consolidar seu Contrato social que passará a reger-se pelo que está contido a seguir:

Die

Alisson

[Signature]

Regina

[Signature]

00:00:00
14:05:15

I - A sócia **REGINA MESEGUER**, anteriormente qualificada, decide retirar-se da sociedade vendendo suas 84.966 (oitenta e quatro mil e novecentas e sessenta e seis) quotas pelo valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor R\$84.966,00 (oitenta e quatro mil e novecentos e sessenta e seis reais) ao sócio, acima qualificado, **ISMAEL CARDOSO**, o qual dá plena, real e irrevogável quitação e integraliza neste ato, em moeda corrente nacional;

A sócia retirante, **REGINA MESEGUER**, declara-se quite e satisfeita em todos os seus haveres de Capital, Lucro ou Prejuízo, nada mais tendo a reclamar da sociedade ou dos sócios remanescentes a qualquer título.

II – Em decorrência das alterações anteriores, altera-se a CLÁUSULA QUARTA - CAPÍTULO II - Do Capital e das Quotas, permanecendo os seus parágrafos, passando a constar:

QUARTA: O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), constituído de 510.000 (quinhentas e dez mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional, sendo demonstrado da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Total R\$	%
Ismael Cardoso	255.000	255.000,00	50,00
Alisson Cardoso Junior	255.000	255.000,00	50,00
Total	510.000	510.000,00	100,00

III - Tendo em vista as alterações anteriores, os sócios deliberam consolidar o Contrato Social da Sociedade, que reger-se-á pelas normas ditadas pela Lei 10406/2002 e pelas Cláusulas a seguir que mutuamente aceitam e outorgam:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

CAPÍTULO I
Da denominação, objeto, sede e prazo de duração

PRIMEIRA: A sociedade gira sob a denominação social de LINE SEAL VEDAÇÕES LTDA.



JUCESP
02
14 05 15

SEGUNDA: O objeto da sociedade é a exploração do ramo de comércio inclusive de importação e exportação, e a fabricação de peças para vedação em geral, gaxetas, retentores, peças de borrachas e plásticos em geral.

TERCEIRA: A sociedade tem sua sede a Rua Itália Manfredine, nº. 159, Condomínio Industrial Alert, Bairro Cecap, na cidade de Salto, estado de São Paulo, CEP: 13.323-141, podendo abrir ou fechar filiais, agências, sucursais, em qualquer parte do território nacional, de acordo com a legislação vigente, e terá duração por tempo indeterminado.

§ Único: A empresa tem uma filial localizada a Rua Roque Lazzazera, nº. 271, Jardim Vilela, na cidade de Salto, estado de São Paulo, CEP: 13.323-300, registrada na JUCESP sob NIRE nº. 35903678712 em 20/04/2010, com CNPJ nº. 64.110.158/0002-88.

CAPÍTULO II
Do Capital e das Quotas

QUARTA: O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), constituído de 510.000 (quinhentas e dez mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional, sendo demonstrado da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Total R\$	%
Ismael Cardoso	255.000	255.000,00	50,00
Alisson Cardoso Junior	255.000	255.000,00	50,00
Total	510.000	510.000,00	100,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º - O sócio é obrigado ao cumprimento da forma e prazo previstos para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3º - Verificada a mora, poderão, por decisão majoritária, os demais sócios tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pagado, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.



000000

02

14 05 15

§ 4º - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

QUINTA: Os sócios participam dos lucros e perdas, na proporção das respectivas quotas e a distribuição de lucros será efetuada mensalmente, trimestralmente ou anualmente com levantamento de balancete/Balanco.

§ 1º - Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CAPÍTULO III **Da Administração**

SEXTA: A administração e a representação da sociedade serão exercidas por todos os sócios, já qualificados, **atuando em conjunto ou separadamente**, com poderes e atribuições de realizar todas as operações para a consecução do objeto social, representando a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

§ 1º Fica facultado aos sócios, nomearem procuradores para um período determinado, que não poderá ser superior aos 12 meses, com exceção das procurações "ad judícia", devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

§ 2º Os atos pela sociedade que visam à aquisição e alienação de bens imóveis; constituição de garantias reais sobre os mesmos; contratação de financiamento junto às instituições financeiras; e a alienação de títulos de crédito da sociedade, dependerá do consentimento de todos os sócios quotistas, formalizado em reunião, convocada especialmente para essa finalidade.

SÉTIMA: Os sócios no exercício da administração da sociedade terão direito a uma retirada mensal a título de "pró-labore", em valor a ser fixado de comum acordo entre os sócios, ou numa segunda hipótese, por aquele que represente, mais de 50% (cinquenta por cento) da participação nas quotas de capital da empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO: Compactuam-se os sócios por unanimidade, que por interesse da própria sociedade, fica dispensada a realização das reuniões ou assembléias, conforme previsto no artigo nº. 1.072 da Lei nº. 10.406 de 10/01/2002.



JUL 07
02
14 05 15

OITAVA: Os Lucros apurados no balanço final poderão ser distribuídos entre os sócios na proporção de suas quotas de capital ou então permanecer na conta "Lucros Acumulados", para futura destinação.

CAPÍTULO IV **Das Deliberações dos Sócios**

NONA: Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição dos administradores;
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) o pedido de concordata.
- i) nomear procuradores com poderes "ad et extra judicia" para representação da sociedade em juízo.

DÉCIMA:

§ 1º – As deliberações dos sócios serão tomadas:

- I – pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f";
- II – pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "h";
- III – Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2º – As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

§ 3º – As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CAPÍTULO V **Retirada, Morte, ou Exclusão de Sócio**

Die
Heron
5
Regina
UM

JUL 27
02
14 05 15

DÉCIMA PRIMEIRA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se nenhum dos sócios usarem do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente à liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

DÉCIMA SEGUNDA: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º - Até que se ultime no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º - Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

DÉCIMA TERCEIRA: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3º - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução.

§ 4º - Podem os sócios remanescentes suprir o valor da quota.

DÉCIMA QUARTA: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

Die

João

[Signature]

Regina

UM

00059
02
14 05 15

CAPÍTULO VI Do Exercício Social

DÉCIMA QUINTA: O exercício social coincidirá com o ano civil.

§ 1º - Anualmente, em 31 de Dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício; feitas as necessárias amortizações e previsões o saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar;

§ 2º - Até quatro meses após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios para:

- a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- b) designar administradores, quando for o caso;
- c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

§ 3º - Da votação das contas e balanço não poderão fazer parte os administradores.

CAPÍTULO VII Disposições Finais

DÉCIMA SEXTA: Os administradores acima qualificados declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

DÉCIMA SÉTIMA: As omissões ou duvidas que possam ocasionar sobre o presente instrumento particular, serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6404/76) e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis, sendo que a publicação do balanço geral é dispensada.

DÉCIMA OITAVA: As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Salto/SP, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

Die

Assan

Regina

JUCESP

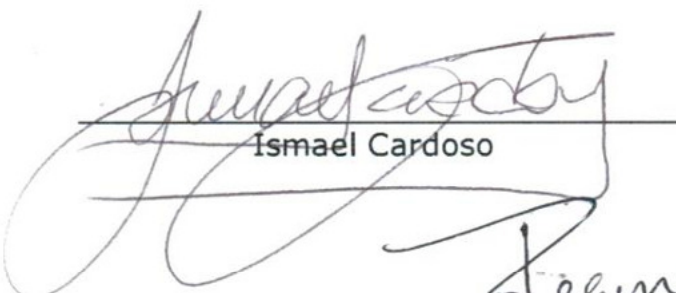
02

14 05 15

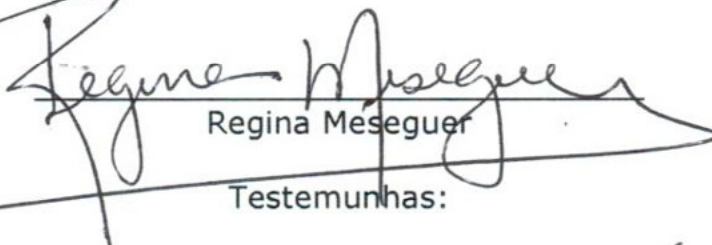
DÉCIMA NONA: Revogam-se todas as disposições contidas no instrumento contratual primitivo e suas posteriores alterações, passando a sociedade a reger-se somente pelo que está contido neste instrumento.


E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza efeitos legais.


Salto/SP, 31 de março de 2015.


Ismael Cardoso


Alisson Cardoso Junior


Regina Meseguer
Testemunhas:


Ivie Araújo Nobre
CPF 120.622.577-75
R.G. 21.873.330-1 SSP/RJ


Carlos Cesar Sgarbi Pino
CPF 150.461.448-83
R.G. 21.193.245-0 SSP/SP

